

Parcerias e cooperação para a água

Resumo executivo



O ano de 2023 marca a primeira grande conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) dedicada à água desde 1977. A Conferência da ONU sobre Água de 2023 se concentra no progresso em direção às metas relacionadas à água e ao saneamento, coincidindo com a revisão abrangente de médio prazo da Década Internacional de Ação, “Água para o Desenvolvimento Sustentável 2018-2028”.

Como o principal relatório oficial do Sistema das Nações Unidas sobre a água, o *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2023* fundamenta diretamente as discussões da conferência das Nações Unidas, descrevendo como a construção de parcerias e o reforço da cooperação em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável são essenciais para acelerar o progresso em direção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para a água e o saneamento (ODS 6) e para a realização dos direitos humanos também relacionados à água e ao saneamento.

A água no mundo: demanda, disponibilidade e qualidade

O uso da água tem aumentado em âmbito global em cerca de 1% ao ano nos últimos 40 anos, e estima-se que cresça a uma taxa semelhante até 2050, impulsionado por uma combinação de crescimento populacional, desenvolvimento socioeconômico e mudanças nos padrões de consumo. A maior parte desse aumento está concentrada em países de renda média e baixa, particularmente em economias emergentes.

A escassez de água está se tornando endêmica, como resultado do impacto local do estresse hídrico físico, juntamente com a aceleração e a disseminação da poluição da água doce. Como resultado da mudança climática, a escassez sazonal de água aumentará em regiões onde atualmente o recurso é abundante – como África Central, Ásia Oriental e partes da América do Sul – e irá piorar em regiões onde já há baixa disponibilidade de água – como o Oriente Médio e o Sahel, na África. Em média, 10% da população mundial vive em países com estresse hídrico alto ou crítico.

Países de renda baixa, média e alta mostram sinais de riscos relacionados à qualidade da água. A má qualidade da água ambiente em países de baixa renda frequentemente está relacionada a baixos níveis de tratamento de águas residuais, enquanto em países de renda alta os efluentes da agricultura são um problema mais sério. No entanto, os dados relacionados à qualidade da água permanecem escassos, em grande parte devido à baixa capacidade de monitoramento e produção de relatórios, especialmente em muitos dos países menos desenvolvidos da Ásia e da África.

Progresso em direção às metas do ODS 6

Na metade do cronograma da Agenda 2030, só se observou um progresso significativo em direção às metas do ODS 6 para água potável e saneamento, com algumas indicações preliminares e aproximadas de progresso quanto ao estresse hídrico, eficiência no uso da água, cooperação transfronteiriça e gestão integrada de recursos hídricos (GIRH), o que deixa cinco dos 11 indicadores de metas sem informações quantificadas sobre o progresso.

Na velocidade atual, o progresso relativo a todas as metas do ODS 6 está fora do rumo e, em algumas áreas, a taxa de implementação precisa quadruplicar ou ainda mais.

De acordo com os últimos números de 2020, 26% da população mundial (2 bilhões de pessoas) não tinham acesso a serviços de água potável gerenciados com segurança (**Meta 6.1**), e estima-se que 46% (3,6 bilhões) não tinham acesso a saneamento gerenciado com segurança (**Meta 6.2**).

Aproximadamente 60% dos corpos d’água registrados no mundo foram categorizados como tendo “boa” qualidade ambiental da água (**Meta 6.3**). No entanto, os 20 países mais pobres estão grandemente sub-representados nessa estimativa global.

● ● ●
**A cooperação
aprimora a
governança
hídrica e a
tomada de
decisões na área,
estimula soluções
inovadoras
e aumenta a
eficiência**

Em âmbito global, a eficiência do uso da água (**Meta 6.4**) aumentou 9% de 2015 para 2018 (de 17,3 para 18,9 US\$/m³). O progresso foi maior no setor industrial (aumento de 15%), seguido pelos serviços de abastecimento de água e saneamento e pelos setores agrícolas (aumento de 8%).

Embora a maioria dos países tenha relatado algum nível de avanços, o progresso global na implementação de GIRH (**Meta 6.5**) precisa dobrar para se aproximar da meta.

Os dados necessários para identificar mudanças na extensão dos ecossistemas aquáticos ao longo do tempo (**Meta 6.6**) ainda não são aperfeiçoados o suficiente para revelar tendências discretas nos últimos anos. No entanto, os dados disponíveis mostram uma perda de 80% na extensão da área natural de zonas úmidas desde a era pré-industrial (ano 1700).

A assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) comprometida e desembolsada para a “água” em 2020 foi estimada em US\$ 8,7 bilhões em âmbito mundial, acima dos US\$ 2,7 bilhões em 2002. No entanto, a cooperação internacional e o apoio à capacitação dos países em desenvolvimento para atividades e programas relacionados à água e ao saneamento (**Meta 6.a**) ainda não haviam sido relatados de maneira específica quando da elaboração deste relatório.

O número de países com procedimentos claramente definidos em leis ou políticas de participação de usuários/comunidades (**Meta 6.b**) aumentou entre 2014 e 2019, mas em geral ainda permanece baixo. Em comparação com os outros subsetores, os níveis de leis/procedimentos e participação são muito baixos para a água potável em ambientes urbanos e rurais.

Diversidade de parcerias e colaboração

A atual progresso insuficiente em direção às metas do ODS 6 destaca a necessidade de se explorar oportunidades por meio de parcerias e cooperação. A cooperação aprimora a governança hídrica e a tomada de decisões na área, estimula soluções inovadoras e aumenta a eficiência. Ao promover envolvimento, participação e diálogo inclusivos, assim como dar voz às pessoas que não são ouvidas, as parcerias podem ajudar a garantir que ninguém seja deixado para trás e que os direitos humanos à água e ao saneamento sejam efetivados.

Parcerias e cooperação, em todos os níveis, certamente produzem resultados positivos. Cada parte vem com seus próprios conhecimentos, percepções, interesses, posições e objetivos, de modo que são comuns desacordos sobre prioridades e estratégias. Somente em raras ocasiões as parcerias e a cooperação podem institucionalizar a exclusão, distorcer a alocação de recursos e incentivar a fragmentação.

A categorização adotada para os fins deste relatório é baseada nos resultados relacionados à água que as parcerias buscam alcançar. A primeira categoria envolve parceiros com um **objetivo comum**, como o fornecimento de água e saneamento para as comunidades locais ou o gerenciamento de sistemas de irrigação compartilhados. A segunda envolve atores com **objetivos diferentes** (potencialmente concorrentes) **relacionados à água**, incluindo a cooperação entre municípios e agricultores relacionada à alocação de abastecimento de água ou ao pagamento por sistemas de serviços ambientais. A terceira envolve atores de “fora do domínio da água”, em que os objetivos de alguns parceiros **não são relacionados primordialmente à água**, embora a água desempenhe um papel determinante. Essas parcerias apoiam intervenções relacionadas à água que, por sua vez, atendem a objetivos relacionados à saúde humana ou à adaptação e mitigação da mudança climática.

Perspectivas temáticas

Agricultura

As associações de usuários de água (*Water Users Association* – WUAs) são organizações formais por meio das quais os agricultores gerenciam um sistema comum de irrigação. WUAs de menor porte, nas quais os agricultores compartilham normas semelhantes e têm capital social de outras instituições locais (por exemplo, conselhos de aldeias ou grupos religiosos),

● ● ●

A alocação da água da agricultura para os centros urbanos se tornou uma estratégia comum para atender às necessidades de água doce nas cidades em crescimento

envolvimento de longo prazo de organizações não governamentais (ONGs) locais e processos internos democráticos (por exemplo, presidentes e membros do conselho eleitos) têm sido mais bem-sucedidos. Outros tiveram desempenho inferior devido à má implementação, papéis e responsabilidades pouco claros, falta de participação das mulheres e falta de autoridade administrativa, entre outros fatores. A imposição de diretrizes centrais e nacionais pelos governos (por exemplo, departamentos de irrigação e ministérios relacionados à água), muitas vezes por meio de estatutos ou regras obrigatórias, pode limitar a efetividade das WUAs.

Embora a demanda urbana por água deva aumentar 80% até 2050, a alocação de água da agricultura para os centros urbanos se tornou uma estratégia comum para atender às necessidades de água doce nas cidades em crescimento. Em geral, a realocação de água da agricultura tem sido bem-sucedida em relação ao atendimento das demandas das cidades em crescimento. Do ponto de vista agrícola/rural, foram observadas consequências negativas à medida que há menos água disponível para a irrigação, o que leva à redução da segurança alimentar e do rendimento dos agricultores. Compensações, incluindo pagamentos financeiros ou novas infraestruturas, e acordos de repartição de benefícios podem ajudar a compensar esses impactos negativos.

O nexo água-energia-alimentos-ecossistemas (*Water-Energy-Food-Ecosystem – WEFE*) fornece uma abordagem sistemática para se entender a interconectividade e as situações de conflito (*trade-offs*). A abordagem WEFE integra todos os setores e oferece uma visão holística da sustentabilidade que procura equilibrar os diferentes objetivos, interesses e necessidades das pessoas e do meio ambiente.

Meio ambiente

As medidas de proteção ou recuperação das bacias hidrográficas estão entre as mais antigas parcerias relacionadas à água. Muitos sistemas de serviços no nível das bacias hidrográficas abordam a adaptação à mudança climática construindo resiliência, e seu papel na mitigação é cada vez mais reconhecido.

Os benefícios mútuos produzidos por meio de abordagens baseadas em ecossistemas fornecem uma forte justificativa para soluções baseadas na natureza. As concessionárias de água estão interessadas principalmente em reduzir os riscos de infraestrutura, garantir a conformidade (*compliance*) e reduzir os custos. Os benefícios da adaptação climática, como a mitigação de inundações, são particularmente atraentes para as comunidades rurais. Os benefícios adicionais incluem a conservação da biodiversidade, empregos e oportunidades de treinamento. Essa diversidade e essa escala de benefícios moldam fortes interesses entre um universo mais amplo de partes interessadas e parceiros em potencial.

Os fundos relacionados à água, como meio de financiar esses sistemas, apoiam parcerias que reúnem usuários a jusante, como cidades, empresas e serviços públicos, para investir de forma coletiva na proteção do habitat a montante e no manejo da terra a fim de melhorar a qualidade e/ou aumentar a quantidade da água e produzir benefícios no longo prazo.

Parcerias que envolvem comunidades locais são cada vez mais utilizadas para melhorar o monitoramento do meio ambiente. Elas são particularmente importantes para preencher as enormes lacunas dos dados relacionados à qualidade da água.

Assentamentos humanos

Vários atores, incluindo o setor privado, ONGs e comunidades, juntamente com ministérios e departamentos governamentais responsáveis pelas áreas de água, saneamento e higiene (*Water, Sanitation and Hygiene – WASH*), saúde, habitação, agricultura, educação, planejamento e infraestrutura, lidam com os diversos aspectos de WASH. A cooperação também abre espaço para uma gama ainda mais ampla de parceiros.

As iniciativas de WASH têm maiores probabilidades de cumprir os seus objetivos se os beneficiários pretendidos participarem de forma significativa, especialmente nas zonas rurais e nas cidades médias. O envolvimento efetivo das partes interessadas no planejamento e

● ● ●

Muitos sistemas de serviços no nível das bacias hidrográficas abordam a adaptação à mudança climática construindo resiliência, e seu papel na mitigação é cada vez mais reconhecido

na implementação leva a serviços mais adequados às necessidades e aos recursos das comunidades pobres, assim como aumenta a aceitação pública e a apropriação dos sistemas. O envolvimento das partes interessadas desde o início também promove a responsabilização e a transparência.

As parcerias dos operadores de água (*Water Operators Partnerships – WOPs*) conectam serviços estabelecidos e funcionais com outros que precisam de assistência ou orientação. As melhorias resultantes na capacidade e no desempenho podem facilitar o acesso das concessionárias ao financiamento de investimentos em infraestrutura, apoiando novas ampliações ou melhorias nos serviços. As WOPs podem ser um instrumento valioso para alcançar populações carentes em contextos rurais e urbanos.

As migrações forçadas colocam uma pressão crescente sobre as entidades locais (serviços públicos e comunidades) responsáveis pelo fornecimento de água e serviços relacionados. Embora os Estados sejam os principais responsáveis pelo cumprimento desses direitos humanos, são necessárias parcerias entre agências das Nações Unidas, organizações internacionais, ONGs e sociedade civil para responder à complexa dinâmica que afeta tanto as populações deslocadas quanto as comunidades que as acolhem. Em contextos de deslocamento, os comitês de usuários de água podem facilitar a colaboração com as autoridades hídricas locais, bem como promover a participação das mulheres.

Indústria

A indústria se volta para a ação coletiva quando os resultados desejados não podem ser obtidos apenas por meio de ações internas ou unilaterais. A indústria tem a capacidade de promover práticas responsáveis e conceber soluções baseadas no mercado para acelerar o ODS em grande escala, mas essa capacidade pode ser prejudicada por lacunas de governança, falhas de mercado, barreiras culturais e déficits de confiabilidade. A ação coletiva, na forma de parcerias e coalizões, é essencial para superar esses obstáculos.

Para que a ação coletiva seja eficaz, as empresas normalmente precisam estabelecer relacionamentos não convencionais com parceiros não tradicionais. Deve haver um compromisso com objetivos compartilhados e um reconhecimento do potencial de situações de conflito (*trade-offs*) entre os interesses da empresa e benefícios públicos mais amplos. A ação coletiva exige que as empresas desenvolvam novas habilidades e novos conhecimentos, como uma maior compreensão das necessidades e dos valores da comunidade, bem como aumenta sua capacidade de se relacionar com atores governamentais e ONGs.

Nos últimos anos, o aumento do valor do acréscimo de escopos ambientais, sociais e de governança (*Environmental, Social and Governance – ESG*) e o cuidado com a água (*water stewardship*) a tais acordos se tornou bastante evidente – não apenas no sentido comercial, mas também no contexto mais amplo da sustentabilidade hídrica geral para fornecer resultados positivos para todas as partes.

Saúde

Apesar das interdependências dos setores de WASH e saúde, as lacunas de coordenação e governança ocorrem porque eles são conduzidos por diferentes ministérios, autoridades locais, organizações internacionais, ONGs e atores do setor privado. Portanto, parcerias alinhadas nos âmbitos científico, estratégico e operacional são necessárias para otimizar e acelerar os resultados positivos de saúde por meio de WASH.

O pleno funcionamento dos serviços de WASH nos estabelecimentos sanitários é essencial para a prestação de cuidados seguros e de qualidade. Embora o fornecimento de WASH em hospitais, centros de saúde e clínicas dentro e fora de hospitais seja uma responsabilidade do setor de saúde, até recentemente tal aspecto foi negligenciado devido aos atores da saúde não aceitarem esse papel, não saberem como desenvolver e manter os serviços de WASH ou serem sobrecarregados com atividades relacionadas à medicina. Os esforços de combate à COVID-19 têm sido cada vez mais alavancados para fortalecer políticas, regulamentos e investimentos em WASH.

● ● ●

Em contextos de deslocamento, os comitês de usuários de água podem facilitar a colaboração com as autoridades hídricas locais

Novos riscos para a saúde estão surgindo a partir da exposição a “contaminantes de preocupação emergente” na água, como produtos farmacêuticos, produtos químicos industriais e domésticos, produtos de cuidados pessoais, pesticidas e nanomateriais fabricados. Os serviços de WASH desempenham um papel essencial na prevenção do ressurgimento de doenças tropicais negligenciadas que estão quase sendo eliminadas. O fornecimento seguro de serviços de WASH limita o uso desnecessário de antimicrobianos para infecções evitáveis por WASH, o que contribui para enfrentar a crise de resistência antimicrobiana (RAM). O progresso requer a cooperação entre uma ampla gama de partes interessadas, como formuladores de políticas, engenheiros e cientistas, profissionais de saúde, veterinários, agricultores, doadores, ONGs, cidadãos e corporações privadas.

A vigilância de doenças relacionadas a águas residuais pode complementar os testes de diagnóstico. O programa global de erradicação da pólio é um exemplo bem estabelecido de uma parceria de saúde (com laboratórios da área) que usa as águas residuais como parte de uma abordagem mais ampla de vigilância e controle.

Mudança climática

A coordenação das agendas climática e hídrica tem duas direções. Por um lado, os formuladores de políticas climáticas devem entender melhor as necessidades da comunidade do setor hídrico para se adaptar à mudança climática, bem como o papel que a gestão e o fornecimento de recursos hídricos e saneamento podem desempenhar na mitigação. Por outro lado, de maneira proativa, os formuladores de políticas hídricas precisam entrar em contato com as partes interessadas do clima para entender melhor como os processos climáticos funcionam e integrar os riscos climáticos relacionados à água nas políticas, nas estratégias e nos planos nacionais de implementação no setor hídrico.

Acelerar a ação por meio de parcerias e cooperação entre as partes interessadas em água e clima pode criar benefícios adicionais para os ecossistemas de água doce e para as pessoas mais expostas e vulneráveis, reduzindo assim os riscos de desastres, proporcionando economia de custos, promovendo a criação de empregos e gerando oportunidades econômicas. A natureza intersetorial e a interdependência da água e da mudança climática com outros recursos naturais essenciais, como a terra ou a energia, criam novas oportunidades de parceria e cooperação.

Nos compromissos assumidos pelas partes do Acordo de Paris, mais de 80% dos países relataram os recursos de água doce como uma área prioritária de adaptação. No entanto, as oportunidades de mitigação por meio da gestão hídrica – que vão desde a recuperação de biogás dos sistemas de tratamento de águas residuais até a geração de energia geotérmica – merecem maior atenção dos planejadores do setor climático e devem abrir as portas para uma maior colaboração com as partes interessadas do setor hídrico.

Perspectivas regionais

África Subsaariana

O desenvolvimento da infraestrutura hídrica, o aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos, a abordagem dos efeitos da mudança climática e o investimento em ciência e tecnologia são necessários para impulsionar a segurança hídrica sustentável na África Subsaariana. No entanto, a coordenação, a comunicação e o intercâmbio de dados e informações, com disponibilidade geralmente limitada para as partes interessadas africanas em relação à água, têm ocorrido de maneira muito fraca devido à falta de estratégias e plataformas apropriadas para melhorar o diálogo entre pesquisadores, tomadores de decisão e membros da comunidade. A cooperação é particularmente importante para garantir a segurança hídrica nas muitas bacias e aquíferos transfronteiriços da região.

● ● ●
A cooperação é particularmente importante para garantir a segurança hídrica da região

As parcerias público-comunitárias (*Community-Public Partnerships* – CPPs), geralmente estabelecidas entre uma concessionária de serviços hídricos e um grupo eleito dentro de uma comunidade, oferecem acordos com ganhos bilaterais que permitem que operadores privados, serviços públicos e comunidades obtenham benefícios por meio da compreensão mútua, responsabilidades compartilhadas e troca de conhecimento e experiências.

Atualmente, existem inúmeras atividades, em todos os níveis, que exigem coordenação para otimizar esforços e recursos. Várias parcerias sub-regionais, regionais e continentais podem ser reforçadas. Os Estados-membros, os parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas devem considerar o reforço das estruturas existentes, em vez de desenvolver novas estruturas.

Europa e América do Norte

As parcerias e as iniciativas de cooperação relacionadas à água são frequentes na Europa e na América do Norte. A *Convenção sobre Acesso à Informação, Participação Pública na Tomada de Decisões e Acesso à Justiça em Questões Ambientais* e a *Convenção sobre a Proteção e a Utilização de Cursos de Água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais* enfatizam a necessidade de cooperação e envolvimento das partes interessadas, tal como várias diretrizes pertinentes da União Europeia. Esses instrumentos facilitaram o desenvolvimento de vários tipos de parcerias na região, bem como estão contribuindo para a participação das partes interessadas fora da região.

O envolvimento das partes interessadas é um objetivo que tem sido perseguido de maneira proativa e, em grande medida, continua sendo um desafio comum na gestão, na governança e na cooperação do setor hídrico em toda a região.

A Comissão Conjunta Internacional (*Internal Joint Commission* – IJC) entre o Canadá e os Estados Unidos tem uma longa história de cooperação bem-sucedida na área da água, não apenas através das fronteiras, mas também dentro dos países e entre setores, níveis administrativos e outras partes interessadas.

América Latina e Caribe

Os diferentes tipos de parcerias e formas de cooperação na região têm a água como foco principal, ou são intimamente ligados a setores dependentes da água, como a agricultura. As evidências apontam para um envolvimento limitado fora do domínio hídrico, como iniciativas relacionadas à água vinculadas à justiça social, ao gênero, à educação ou à criação de empregos, ou mesmo a outros aspectos relacionados ao meio ambiente, como a biodiversidade.

As parcerias mais comuns relacionadas à água em âmbito local foram estabelecidas para supervisionar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento, especialmente nas áreas rurais. Grupos de produtores agrícolas, como WUAs, também são muito difundidos. Uma característica comum dessas associações é que, em geral, elas atuam independentemente dos reguladores das áreas urbanas, com níveis variados de envolvimento das autoridades nacionais.

Há uma longa história de organizações que administram as bacias hidrográficas da região, as quais se concentram principalmente no monitoramento de dados, pesquisa, coordenação de ações, regulação, planejamento, financiamento e desenvolvimento e gestão, entre outros aspectos. Com frequência elas enfrentam desafios semelhantes relacionados à capacidade técnica, às estruturas de governança e, em particular, ao financiamento.

Existem casos adicionais de coordenação interinstitucional, em que atores públicos, privados e comunitários trabalham juntos com o objetivo de melhorar a gestão da água. Tais casos envolvem entidades dos setores público e privado, universidades, redes comunitárias e nacionais, e ONGs nacionais e internacionais.

● ● ●
Em muitas partes do mundo, a gestão hídrica é moldada por conhecimentos e práticas locais

Ásia e Pacífico

Na última década, a gestão dos recursos hídricos contribuiu para o bem-estar econômico e social da região por meio da prestação de serviços básicos de WASH, melhoria da produção de alimentos, desenvolvimento industrial e serviços baseados nos ecossistemas. No entanto, a região da Ásia e Pacífico ainda está longe do caminho certo para cumprir as metas dos ODS 6.

A desigualdade em termos de acesso à água continua a ser um problema. As mulheres, que são as principais responsáveis pela coleta de água nas comunidades locais, muitas vezes têm participação limitada na gestão do recurso devido a normas e práticas tradicionais, como desequilíbrios de poder e fatores socioculturais. Outros desafios regionais relevantes incluem a poluição e serviços inadequados de saneamento, bem como deficiências na cooperação transfronteiriça.

É necessário reforçar as parcerias e as redes existentes, melhorar as plataformas existentes para um melhor envolvimento das partes interessadas em todos os âmbitos e para garantir que todos os atores pertinentes sejam incluídos na governança hídrica. As abordagens de governança participativa nos âmbitos subnacional e nacional, envolvendo vários órgãos governamentais, apoiariam a integração e o financiamento da gestão hídrica e acelerariam o progresso em outros setores dependentes da água.

Estados Árabes

A escassez de água na superfície da região – juntamente com outros desafios crescentes, como a mudança climática, a alta dependência de recursos hídricos transfronteiriços e o alto uso de água pelo setor agrícola – exige iniciativas bem-sucedidas de cooperação e parceria para avançar em direção à segurança hídrica.

Vários desses acordos já foram iniciados na região árabe, apesar das barreiras financeiras e políticas que podem dificultar a colaboração. Tais acordos demonstraram a importância de esforços colaborativos, processos de construção de confiança e troca de dados para uma melhor gestão hídrica. No entanto, considerando os imensos desafios, é necessária uma maior colaboração, especialmente para garantir financiamento adicional, promover a inovação e compartilhar informações.

A maioria dos países árabes depende em grande parte de rios e/ou aquíferos compartilhados com os países vizinhos para o seu abastecimento de água. Apesar de existirem tensões entre Estados e certos países vizinhos, há vários exemplos de modalidades de cooperação na região, incluindo aquíferos transfronteiriços. Esses acordos de cooperação transfronteiriça levaram a uma melhor gestão hídrica por meio de processos reiterados de construção de confiança que começaram com o compartilhamento de dados direcionados, com a coleta de informações e a realização de pesquisas científicas, e que depois se desenvolveram em modalidades de cooperação mais robustas.

Acelerar a mudança

As seções a seguir estão alinhadas com cada um dos **cinco “aceleradores” do Marco de Aceleração Global (Global Acceleration Framework – GAF) do ODS 6**, no qual as parcerias e a cooperação desempenham um papel central. Tais parcerias e tal cooperação transcendem fronteiras e setores, o que torna os ODS 6 um assunto de interesse de todos.

Educação e desenvolvimento de capacidades

A educação e o desenvolvimento de capacidades são fundamentais para acelerar o desenvolvimento, a adoção e a institucionalização de práticas de gestão hídrica mais sustentáveis e equitativas. Aqueles envolvem o compartilhamento de conhecimentos e habilidades entre professores, estudantes, instituições e outros provedores e destinatários de informações.

● ● ●

Os órgãos governamentais encarregados do monitoramento e do gerenciamento de recursos muitas vezes não têm a capacidade de produzir todos os dados necessários para abordar as questões econômicas e sociais relacionadas à água

O progresso tecnológico é um dos principais motores de tais oportunidades de colaboração. A recente pandemia da COVID-19, em particular, deu um grande impulso ao desenvolvimento de conteúdo digital e à adoção de tecnologias da informação e comunicação (TIC) para ensino e treinamento em todo o mundo.

Em muitas partes do mundo, a gestão hídrica é moldada por conhecimentos e práticas locais. Muitas vezes, estes são fundamentados em processos naturais que fornecem vários serviços ecossistêmicos, e podem acrescentar flexibilidade e capacidade adaptativa. Integrar esse conhecimento requer formas multidirecionais de troca de conhecimento, como ocorre em comunidades de prática e redes profissionais.

Maximizar essas oportunidades apresenta vários desafios. Alguns deles são de natureza técnica, como a criação de plataformas e sistemas *online* inclusivos que ampliam o acesso a grupos e comunidades desfavorecidos. Porém, as parcerias para uma educação mais eficiente, sustentável e equitativa e para o desenvolvimento de capacidades em matéria de água também podem se beneficiar de uma adoção mais efetiva de abordagens como as comunidades de prática, a ciência cidadã, a inovação aberta e a aprendizagem ao longo da vida.

Muitos projetos de ciência cidadã são parcerias interdisciplinares que reúnem cientistas, profissionais do setor hídrico e o público em geral. Em geral, esses projetos têm uma forte dimensão educacional e cada vez mais são usados para aumentar a conscientização sobre questões locais, como poluição da água e alocação equitativa de recursos, além de aumentar a transparência e a inclusão.

Dados e informações

Dados e informações são essenciais para a tomada de decisões relacionadas à água. Embora sejam vastos o escopo e a amplitude potenciais dos dados pertinentes à água, o mesmo ocorre com as lacunas de dados nos âmbitos locais e até nos internacionais. Desafios adicionais incluem níveis insuficientes de desagregação e dificuldades (ou relutância) quanto ao compartilhamento de dados.

Os dados relacionados à água frequentemente são gerados por diferentes usuários (ou “setores”) e, portanto, não são interoperáveis para vários deles devido a diferenças de terminologia e outros fatores. Embora os dados possam ser considerados neutros, as informações produzidas após a análise deles podem não o ser. As parcerias podem ajudar a garantir que os dados relevantes sejam efetivamente gerados e transformados em informações objetivas.

Um processo de engajamento mais amplo, envolvendo parceiros na definição de prioridades, planejamento, coleta de dados e desenvolvimento conjunto de mecanismos de governança de dados, promove a apropriação coletiva. Parcerias bem-sucedidas também exigem tempo, transparência e respeito mútuo. Nos estágios iniciais, áreas de interesse comum devem ser exploradas, expectativas devem ser discutidas e confiança deve ser construída para se alcançar um entendimento comum dos objetivos. A consulta, a comunicação e a construção de consensos são essenciais em todo esse processo.

Os repositórios de dados globais de acesso aberto podem ser usados nos âmbitos nacionais e regionais, mas esses dados tendem a não apresentar a resolução espacial ou o nível de desagregação necessários para intervenções mais direcionadas. Os órgãos governamentais encarregados do monitoramento e do gerenciamento de recursos, como indústrias agrícolas ou ambientais, muitas vezes não têm a capacidade de produzir todos os dados necessários para abordar as questões econômicas e sociais relacionadas à água. O problema é agravado ainda mais quando esses órgãos não compartilham – às vezes de maneira intencional – os dados dos quais dispõem.

O monitoramento conjunto dos recursos hídricos transfronteiriços promove uma compreensão compartilhada do sistema e fornece uma plataforma na qual os dados podem ser compartilhados e aplicados em tempo hábil. Os atores transfronteiriços, como organizações

● ● ●
**Uma melhor
coordenação
entre as partes
interessadas pode
produzir fluxos
de financiamento
adicionais para
investimentos
relacionados à
água**

que atuam nas bacias hidrográficas, entidades governamentais nacionais, instituições acadêmicas e organizações de desenvolvimento, são repositórios de dados que podem ser simplificados e compartilhados por meio dessas plataformas. A harmonização de vários bancos de dados, dentro e fora das fronteiras nacionais, requer parcerias entre instituições governamentais e atores do setor privado, como empresas e proprietários de terras.

Inovação

As parcerias podem acelerar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias inovadoras por meio da transferência de conhecimento, do empreendedorismo e da pesquisa aplicada.

Fortalecer e ampliar as parcerias Sul–Norte e Sul–Sul entre universidades incentiva a transferência de novas tecnologias e habilidades inovadoras. Incubadoras e aceleradoras de empresas podem facilitar parcerias entre universidades, empreendedores iniciantes e provedores de capital de risco. Essas incubadoras devem ser fortalecidas e expandidas em países de renda média e baixa. Comunidades de prática para a criação conjunta de conhecimento e inovação, com parceiros do Norte e do Sul, podem percorrer um longo caminho para o desenvolvimento de soluções tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis, socialmente aceitáveis e localmente adaptáveis.

Novas parcerias em todo o setor de água e saneamento também são necessárias para acelerar a adoção de novas tecnologias para o processamento, a distribuição e o tratamento de água. Isso pode ser alcançado por meio de parcerias entre o setor e os provedores de tecnologia, como universidades e empreendedores.

A introdução de novas tecnologias e inovações, como as TIC, não favorece a participação de pessoas sem acesso adequado a conexões de internet ou telefones celulares, para não falar do acesso à eletricidade. Deve-se, portanto, tomar cuidado para que a introdução de novas tecnologias não produza efeitos colaterais não intencionais, como a ampliação das lacunas de conhecimento e das divisões socioeconômicas.

Financiamento

Alcançar o acesso equitativo à água potável para todos até 2030 pode exigir que os atuais níveis de investimento sejam triplicados. Evidências sugerem que alguns financiamentos relacionados a WASH podem ser mal direcionados e até mesmo contraproducentes para atender às necessidades das pessoas e das comunidades mais pobres.

Uma melhor coordenação entre as partes interessadas pode produzir fluxos de financiamento adicionais para investimentos relacionados à água com origem em várias fontes. Os mecanismos de cooperação são fundamentais para aproximar esses beneficiários e pode facilitar o financiamento conjunto dos projetos pertinentes. Os fundos do setor hídrico são exemplos de plataformas de múltiplas partes interessadas que reúnem o financiamento de vários atores.

A cooperação entre as diferentes fontes de financiamento pode apoiar e alavancar mecanismos de cofinanciamento. Ao distribuir os riscos de investimento entre vários financiadores – com diferentes apetites e requisitos de risco –, o financiamento público ou de desenvolvimento pode ser utilizado de forma estratégica para melhorar o perfil de risco – retorno de um projeto, assim como para mobilizar investimentos adicionais – os chamados arranjos de “financiamento misto”.

Uma melhor cooperação entre as vertentes de demanda e oferta do financiamento engloba uma melhor compreensão das (i) percepções, características e requisitos respectivos da vertente da oferta e da demanda; (ii) instituições intermediárias e suas diversas funções; e (iii) a tradução dos riscos e dos benefícios relacionados à água em expressões relevantes e compreensíveis para o setor financeiro.

Os investimentos em instalações de abastecimento de água e saneamento no âmbito doméstico exigem produtos financeiros específicos, como microcréditos para consumidores e famílias de baixa renda, e podem atrair financiamento de investidores de impacto.

Governança

Uma abordagem de toda a sociedade abrange instituições formais e informais na busca de um acordo generalizado em todos os setores sociais sobre os objetivos políticos e os meios para alcançá-los.

A confiança e a esperança são alicerces fundamentais para a coesão e a segurança sociais. A confiança é o “lubrificante” necessário para “lubrificar as rodas” da economia, e a esperança pode ser a argamassa que mantém as sociedades unidas. O combate à corrupção demonstrou produzir substanciais economias de custos em todo o setor hídrico, bem como reduzir a incidência de cancelamentos e atrasos.

A participação significativa e o envolvimento inclusivo das partes interessadas levam tempo, mas produzem confiança e esperança. Os processos que envolvem políticas e projetos devem se adaptar às preocupações e à contribuição potencial de diferentes grupos. A integração estratégica das preocupações intersetoriais e das partes interessadas envolve o desenvolvimento de normas, padrões e métodos de alocação que afetam a eficiência do uso da água e a proteção dos recursos em todos os setores.

As autoridades públicas, ao agirem em nome do Estado, em princípio determinam se e como trazer operadores privados para fornecer serviços de água e saneamento. As autoridades mantêm seus deveres supremos para garantir o cumprimento progressivo dos direitos humanos à água potável e ao saneamento. Para serem bem-sucedidas, as parcerias público-privadas (PPPs) devem se basear em uma cooperação que seja benéfica para todas as partes interessadas – elas precisam servir ao interesse público e, ao mesmo tempo, proporcionar um retorno mínimo ao provedor de serviços. As operações do setor privado e do setor público são mais efetivas em países com marcos legislativos claros, previsíveis e estáveis, uma vez que estes permitem que o investimento de longo prazo seja apoiado com confiança e receba um retorno razoável.

Coda

Salvaguardar a segurança hídrica, alimentar e energética por meio da gestão sustentável da água, fornecer serviços de abastecimento de água e saneamento para todos, apoiar a saúde humana e os meios de subsistência, mitigar os impactos da mudança climática e eventos extremos e, por fim, sustentar e restaurar ecossistemas e os valiosos serviços que eles fornecem são peças de um grande e complexo quebra-cabeça.

Somente por meio de parcerias e da cooperação essas peças podem se unir.

E todos têm um papel a desempenhar.

Elaborado pelo WWAP | Richard Connor e Michela Miletto

Esta publicação é produzida pelo WWAP em nome da UN-Water.

Ilustração da capa: Davide Bonazzi

Tradução: Global Languages Comunicação Corporativa Serviços e Comércio de Livros Técnicos

Design e layout: Marco Tonsini



© UNESCO 2023

As designações empregadas e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da UNESCO sobre a situação jurídica de qualquer país, território, cidade ou área, de suas autoridades, ou quanto à delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores; elas não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização.

Para obter mais informações sobre direitos autorais e licenciamento, consulte o relatório completo, disponível em: en.unesco.org/wwap.

Programa Mundial da UNESCO para Avaliação dos Recursos Hídricos

Programa Mundial da UNESCO para Avaliação dos Recursos Hídricos

Escritório do Programa de Avaliação Global da Água

Divisão de Ciências da Água, UNESCO

06134 Colombella, Perúgia, Itália

E-mail: wwap@unesco.org

en.unesco.org/wwap



unesco

World Water
Assessment Programme

Nós reconhecemos com gratidão o apoio financeiro fornecido pelo Governo da Itália e pela Regione Umbria.

Esta tradução foi possível com o valioso apoio da Representação da UNESCO em Brasília.

